

INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO: A PROBLEMÁTICA DAS PROPRIEDADES EMERGENTES E DA OPERACIONALIZAÇÃO DE UMA ESCOLHA DETERMINÍSTICA ENTRE ALTERNATIVAS

Cláudio Souto

1. Algumas razões de desprestígio acadêmico do individualismo metodológico

O individualismo metodológico pode ser visto como uma reação à diretriz durkheimiana de que fatos sociais seriam explicados por fatos sociais, sem referência ao mental individual. Ao contrário, nessa referência ao que está por trás do social, e o produz, deixando fortes marcas de origem, busca o individualismo metodológico um maior rigor na construção teórica, para além do meramente descritivo e do meramente correlacional.

Essa aspiração por um maior rigor na explicação teórica coloca a abordagem metodológica individualista em plena afinidade com a nossa época, que é eminentemente científica e tecnológica e acentuadamente influenciada pelos sucessos do conhecimento físico. E isso não se desdiz por uma pós-modernidade científica, ora em curso (originária das teorias da relatividade e quântica), já que a Física atual, firmando embora o princípio da incerteza, da probabilidade (mesmo quando suas proposições tenham forma determinística), nunca abdicou, diversamente da pós-modernidade artística, da tentativa de ser racional e de construir teorias com um máximo de abrangência.

Na verdade, a racionalidade da Física continua sendo relativamente modelar, apesar de não se ter ainda conseguido, nem por

físicos, nem por outros cientistas, uma teoria verdadeiramente geral da energia, que pudesse incluir, em abrangência máxima, o pensamento humano.

Por que, então, não obstante sua afinidade com a metodologia causal mais bem-sucedida que se conhece, a do conhecimento físico, o individualismo metodológico não goza de maior popularidade entre os cientistas sociais?

Por razões exógenas e endógenas ao próprio individualismo metodológico.

Entre as razões exógenas, a não-habituação da grande parte dos cientistas sociais a uma mentalidade de rigor científico maior, pretendida pela perspectiva metodológica individualista. Isso lhes parece estranho ao seu modo habitual de fazer teoria, que não põe em saliência o indutivo-causal, mas antes o funcional, o correlacional, o dialético. Para eles, em geral, esse rigor maior lembraria um fisicismo já ultrapassado em ciências humanas, de que se afastam em dessemelhança.

Não se parece perceber que fisicismo ou cientificismo não podem existir em relação ao modelo metodológico da Física atual, que já não pretende a exatidão de qualquer conhecimento substantivo, mas antes afirma, de maneira explícita, uma incerteza permanente no seu modo de conhecer. Não se parece notar que já não existe quem pretenda aplicar diretamente leis pertinentes à energia condensada a fenômenos energéticos sutis como os mentais e os sociais, que têm suas leis próprias. Finalmente, não se parece perceber que tudo que há na natureza, seja esta o físico-químico, o biológico, o mental ou o social, não é senão fenômeno de energia, variando apenas as formas de sua apresentação — de tal sorte que a metodologia científica pode ser fundamentalmente a mesma e que poderão ser eventualmente construídas até leis gerais da energia.

Cynthia Lins realizou uma interessante entrevista com o individualista metodológico Raymond Boudon, no dia 21 de setembro de 1995, em Paris. Na entrevista, ao invés do habitual distanciamento quanto aos físicos e sua metodologia, um clima de simpatia, salientando Boudon que o modelo da escolha racional “é muito aproximado das teorias gerais dos físicos” (Boudon, 1995: 1 e 4). Contudo, essa posição é claramente minoritária entre os sociólogos.

Outra razão exógena importante será o poder dos interesses

acadêmicos investidos em uma ciência social metodologicamente pouco rigorosa, sobre a qual se têm firmado carreiras, reputações e periódicos científico-sociais. Isso se reforça pelo peso da tradição acadêmica, conservadora do menor rigor metodológico.

Essa tradição academicamente conservadora se situa especialmente no apego excessivo aos clássicos da teoria do social e no culto a nomes renováveis da moda acadêmica mais ou menos efêmera. Não se pode dizer que essa tradição conservadora não seja crítica. Mas é pouco criativa quanto a tudo que seja mais profundo. Falta-lhe fé em seu próprio poder criativo mais abrangente, pois sua crítica duvida até da possibilidade de uma teoria geral indutiva nas ciências sociais, como se depreende, aliás, de uma das perguntas feitas a Boudon na mencionada entrevista (Boudon, 1995: 4).

Se não se acredita, ou se duvida muito, que possa ser feito, dificilmente se fará. Com essa mentalidade, não admira, somada ela a uma maior complexidade do mental e do social em relação ao apenas físico, que não haja teorias científico-sociais realmente paradigmáticas, teorias que fossem metodologicamente comparáveis às de Newton ou Einstein em seu grau de rigor e de conseqüente aceitação universal.

A tradição acadêmica que é conservadora do menor rigor metodológico em Sociologia se fundamenta, ainda hoje, com anos depois, sobretudo nas clássicas regras do método sociológico de Durkheim. Tem-se reparado bem na influência de Durkheim sobre sociólogos funcionalistas recentes e relativamente recentes, sendo que, como se sabe, a explicação funcionalista é acentuadamente não-causal, porém teleológica, relativa a fins. Mas não se terá notado suficientemente que Durkheim aspira a reduzir a conduta humana a relações de causa e efeito, mediante um “racionalismo científico”, e que, para ele, o princípio da causalidade é “um postulado empírico, produto de uma indução legítima” (Durkheim, 1968: IX, XIV-XV, 139).

Mais ainda: consoante o mestre francês, “é preciso pesquisar separadamente a causa eficiente (...) e a função”, sendo o lógico, metodologicamente, “buscar a causa de um fenômeno antes de procurar determinar os seus efeitos.” (Durkheim, 1968: 89-91 e 95; cf. 109-110). Ele chega a ser redutivamente enfático: “A explicação sociológica consiste exclusivamente em estabelecer relações de causalidade”, aí incluída a ligação da causa a seus efeitos úteis (Durkheim,

1968: 124; cf. 25, 31 nota 1, 115-118). E pretendia a obtenção de “leis precisas, relações determinadas de causalidade” (1968: 127), embora somente mediante a “experimentação indireta ou método comparativo”, já que acreditava, em sua época, na “impossibilidade de toda experiência artificial” em Sociologia. (Durkheim, 1968: 124 e 129).

Boudon, na referida entrevista, afirma adequadamente, em relação a Durkheim, que se “sentiu muito atraído pelo fato de que ele queria que a Sociologia fosse científica, metódica, etc”, enquanto que, por outro lado, “resistiu muito contra sua idéia de explicar fatos sociais por fatos sociais”, com exclusão do psíquico, do psicológico (Boudon, 1995: 2).

Entretanto, é preciso salientar que o mestre clássico jamais pretendeu que essa sua idéia metodológica fosse vista como algo de dogmático e aprisionante do futuro. Ao contrário, abre-se a uma possível e futura unificação teórico-geral quanto ao mental e ao social, apesar da especificidade deles, pois essa unificação se faria no sentido de que leis abstratas poderiam ser, talvez, comuns a esses dois campos. Vejamos suas próprias palavras: “Pode perguntar-se se as representações individuais e as representações coletivas não deixam, contudo, de assemelhar-se, nisso que umas e outras são igualmente representações; e se, em consequência dessas semelhanças, certas leis abstratas não seriam comuns aos dois reinos.” E responde: “Para falar rigorosamente, no estado atual de nossos conhecimentos, a questão assim posta não poderia receber uma solução categórica (...) Ora, se o problema merece tentar a curiosidade dos pesquisadores, apenas podemos dizer que seja abordado; enquanto não se descubram algumas dessas leis, será evidentemente impossível saber com certeza se elas repetem ou não as da psicologia individual.” (Durkheim, 1968: XVIII-XIX).

Na perspectiva de Durkheim, sua metodologia é inicial e provisória: “No momento em que a pesquisa vai somente começar, quando os fatos ainda não foram submetidos a nenhuma elaboração, os únicos de seus caracteres que podem ser atingidos são aqueles que se acham bastante exteriorizados para serem imediatamente visíveis. Os que estão situados mais profundamente são, sem dúvida, mais essenciais; seu valor explicativo é mais alto, mas eles são desconhecidos nesta fase da ciência” (Durkheim, 1968: 35; cf. 42).

Aí está, pois: a visão metodológica conservadora em Sociologia, que se fundamente em Durkheim, se baseia bem mais numa caricatura sociologista do pensamento do autor clássico, facilitada por alguma ênfase ocasional de sua linguagem de pioneiro, do que no pensamento real dele. Como se acaba de notar, Durkheim é perfeitamente consciente de que um valor explicativo científico mais alto estaria mais além das regras metodológicas que propõe. Isso sem prejuízo de que, mesmo atualmente, *as causas próximas* dos fatos sociais sejam procuradas, como ele pretendia, na especificidade do social.

Na verdade, o próprio grupo social, que é um fenômeno social tão típico, não pode ser explicado *tão-só* pelo coletivo, *se se pretende um nível mais abrangente de explicação*. Sem prejuízo, ainda, de que o grupo social tenha propriedades específicas, não atribuíveis a indivíduos (cf. Opp, 1988: 217).

De fato, tudo indica que sentimentos, idéias e volições existem, de maneira acentuadamente básica, tanto na realidade individual, como na grupal (de tal sorte que uma explicação mais abrangente não poderia desconsiderar esses elementos). Quando interiorizados mentalmente, são elementos individual-psicológicos. Quando exteriorizados pela comunicação, tornam-se fenômenos sociais e, se aceitos em comum por dois ou mais indivíduos (e se permanece o relacionamento sociointerativo), fenômenos grupais. O que é interiorizado em um momento, pode ser exteriorizado em outro, e vice-versa: o que é mental pode tornar-se social, e inversamente.

Outros elementos básicos, por exemplo, crenças, pelas quais se interessa Boudon (1995: 3), seriam derivados daqueles elementos fundamentais e, portanto, menos básicos ou abrangentes.

Assim sendo, pode-se explicar o coletivo apenas pelo coletivo (cf. Durkheim, 1968: 109 e 111) somente em um nível menos abrangente de explicação. E, em princípio, não há porque não tentar ampliar, ao máximo cientificamente possível, essa abrangência, procurando-se atingir um modelo teórico-geral unificado que alcance, ao mesmo tempo, o mental e o social (para uma tentativa nesse sentido, veja-se Souto, 1994:31-38). Imagine-se o que teria acontecido ao desenvolvimento científico e aplicado da Física, se esta tivesse sido resistente a grandes teorias, a teorias altamente abrangentes... (cf. Boudon, 1995: 4 e 12)

Entre as razões endógenas ao próprio individualismo

metodológico e que esclareceriam porque ele não desfruta de maior popularidade entre os cientistas sociais, seria de salientar a de que ele tem prometido bem mais, em termos de rigor metodológico, do que tem podido cumprir, pois seu nível de abrangência teórica tem sido quase sempre relativamente baixo para essa promessa de rigor explicativo. Se, teoricamente, proposições mais gerais, obtidas por indução, explicam proposições menos gerais (que são dedutíveis das primeiras, e, assim, explicáveis por elas), não se tem alcançado geralmente, pelo individualismo metodológico, em sua área, um máximo de abrangência a explicar o menos geral. Sem esse mais geral máximo, a explicação se torna incompleta de um setor teórico fundamental.

Boudon insiste, em sua entrevista, em uma distinção, decerto importante, entre individualismo metodológico e utilitarismo, de tal sorte que não é senão uma forma particular de individualismo, a que “supõe que, principalmente, a conduta deveria ser explicada pela consideração de custos e benefícios.” E acrescenta: “Para mim, muito claramente, esse tipo de axiomática comportamental é um tipo muito particular, que não se pode usar na maioria dos casos. Na maioria dos casos, tem-se de usar algo mais geral, e, neste ponto, chegamos à idéia de crenças. Não se pode explicar, exceto em casos muito particulares, a conduta das pessoas, sem invocar suas crenças, e as crenças não podem ser explicadas em termos de custo-benefício.” (Boudon, 1995: 5).

Contudo, se crenças significam algo de mais geral que custos e benefícios, não significam ainda o mais geral que se possa obter em Psicologia, ou em Sociologia. Não admira que o recurso às crenças, sem dúvida, em si mesmo, valioso, não alcançando esse nível explicativo mais geral, implique exceções explicativas, como o reconhece Boudon mesmo. Inviabiliza-se, então, um nível explicativo determinístico, no qual não acredita Boudon (Boudon, 1995: 6), mas sem o qual não haverá uma ciência, social ou não, mais rigorosa.

Cumprir não confundir: se não é possível um determinismo de fenômenos sociais particulares, como os econômicos, os políticos, e até os de crença (que são mais gerais que os primeiros), pode muito bem existir um determinismo das categorias mais altamente abstratas ou genéricas, como idéia, sentimento, vontade, semelhança, distância mental, distância social. Categorias essas tão gerais como energia,

matéria, massa, distância física. Tudo indica que é possível obter pelo menos um determinismo subjetivo, isto é, baseado na avaliação subjetiva dos atores, como se procurará esclarecer adiante.

O individualismo metodológico necessitaria, ao que parece, de uma redução teórica mais abrangente, que lhe pudesse afastar ou atenuar a mencionada razão endógena de descrédito quanto ao rigor efetivo de sua explicação. No próximo tópico 2 trataremos disso, em conexão com a problemática das propriedades emergentes.

Outra razão endógena de desprestígio acadêmico do individualismo metodológico se refere ao problema de uma operacionalização rigorosa de suas teorias, isto é, da tradução, com rigor, de suas proposições em operações de pesquisa. E parece evidente que formulações teóricas que se pretendam mais rigorosas que as usuais em Sociologia deverão poder contar com uma testabilidade também mais rigorosa. Mas aqui o endógeno transita para o exógeno, pois essa testabilidade mais rigorosa depende, também, do desenvolvimento, externo ao individualismo metodológico, de um instrumental menos impreciso de pesquisa humana em geral. Isso se verá na seção 3 do presente escrito.

2. Propriedades emergentes e redução teórica

Nos grupos, das díades às sociedades amplas, há novas propriedades emergentes por causa da quantidade (classicamente, Simmel, 1926: 63-139). E não deixam essas formações grupais de ser o tipo (categoria geral) “grupo”, nem deixam de ser explicadas pelas mesmas leis gerais de distância social (cf. Souto, 1976: 43-62). Na passagem do mental ao social, e ao grupal, além do aumento da quantidade de pólos interagentes, a exteriorização das comunicações, bem como, no caso do grupal, a aceitação em comum, relativamente permanente, de padrões, também provocam fenômenos novos, emergentes. Mas sempre são fenômenos do tipo *siv* (sentimento e idéia e volição).

As marcas, de origem mental, no social e, mesmo, no grupal de qualquer tamanho, são suficientemente fortes para que não se possa aceitar a expressão enfática de Durkheim a propósito da vida social. Reconhecendo embora ele que “os atributos constitutivos da vida psíquica se reencontram aí, mas elevados a uma bem mais alta

potência”, acrescenta, com ênfase inadequada: “e de maneira a constituir algo de inteiramente novo.” (Durkheim, 1924: 48). Novo, sim, mas não inteiramente novo, de acordo com a própria premissa durkheimiana.

O tipo ou categoria *siv* é análogo, *mutatis mutandis*, ao tipo químico H_2O : toda água é H_2O , todo fenômeno mental ou social é *siv*, e se distinguem, o mental e o social, apenas pela exteriorização e pela quantidade de pólos interativos (todos do tipo *siv*).

Na natureza, nem a água, nem o *siv*, se encontram, porém, puros, mas sempre são co-operantes com outros fatores, que lhes são imbricados. A própria água da chuva, que se aproxima de um estado de pureza H_2O , contém os componentes do ar e poeira. Mais impuros ainda serão fenômenos mais sutis e complexos, como os mentais e os sociais.

Além disso, há propriedades emergentes conforme a forma de apresentação. Quanto à água, por exemplo, emergem propriedades específicas conforme esteja ela em forma sólida, líquida ou gasosa. Seja porém qual seja a forma, a água não deixa de ser água, pois a emergência é fraca, não lhe desnatura a composição.

Poderemos distinguir, de fato, entre propriedades emergentes fracas e fortes. As propriedades emergentes fortes são, por exemplo, as de H_2O (água pura) quanto àquelas de H e O isoladamente. Ou seja, a água é algo de bem diverso de hidrogênio e de oxigênio, embora seja formada por eles. As propriedades emergentes fracas são, por exemplo, as que a quantidade introduz em tipos grupais classificados de acordo com o número de seus interagentes: todos são tipos grupais e, mesmo, todos são tipos *siv*, enquanto a água não é igual nem a H, nem a O, se isolados um do outro.

Só as propriedades emergentes fortes impedem uma redução teórica, não as fracas. Essa distinção entre propriedades emergentes fortes e fracas parece básica, teoricamente, pois não há tipos puros com correspondência real na natureza: a realidade fática é impura.

O exemplo da água como substância é tomado por Levine, Sober e Wright: tratar-se-ia de uma categoria geral (tipo) que compreende eventos particulares. Escrevem eles: “Quando dizemos que a água é redutível a H_2O , queremos dizer que quaisquer efeitos da água podem ser reduzidos a efeitos de H_2O . Em qualquer explicação na qual a água desempenhe um papel explicativo, os efeitos da água provêm

dos efeitos dos agregados de moléculas H_2O . (...) Alguma coisa é *água* se, e somente se, ela é *um conjunto de moléculas H_2O* . Todavia, no caso dos fenômenos sociais (e estados mentais), não há, de fato, nenhuma correspondência similarmente única entre *tipos*.” (Levine, Sober e Wright, 1987:77). Na base dessa pretensa falta de correspondência, esses autores concluem contra uma microrredutibilidade de “tipos” quanto ao social.

Mas tudo indica, como se viu, que essa correspondência existe quanto ao social (e quanto ao mental), cujo tipo básico é *siv* — já que todos os efeitos do mental e do social provêm dos efeitos do *composto sentimento, idéia e vontade*. Todavia, a sociologia usual, sem dispor de uma redução teórica referida ao *siv* como categoria típica tanto do mental, como do social — redução essa que fosse tratada sistematicamente, e não só ocasionalmente —, não percebe aquela correspondência, movimentando-se, antes, em função de uma pluralidade de fatores e com perda de uma visão essencial comum do mental e do social. Isso tem-lhe impedido uma redução conceitual e proposicional que lhe permita atingir uma previsibilidade rigorosa, elegante (para a tentativa teórica dessa redução, veja-se Souto, 1974: *passim*, e 1984: *passim*).

Consoante Levine, Sober e Wright (1987: 77-78), “*poderia ser o caso que reduções de ‘tipo’ (‘type-reductions’) realmente fossem possíveis neste domínio. Porém elas quase que certamente não são. Reduções de tipo seriam possíveis se a relação entre fenômenos sociais e propriedades individuais fosse como a relação entre a água e H_2O* .” Ora, é precisamente isso o que ocorre.

Em termos de lógica científica, são, de fato, perfeitamente análogas a categoria genérica H_2O e a categoria geral *siv*, a primeira aplicável a fenômenos químicos e a outra a fenômenos mentais e sociais — já que o social (seja não-grupal ou grupal, seja micro ou macro-grupal) não é senão uma exteriorização do mental.

Dessa maneira, as propriedades emergentes do social em relação ao mental, sendo fracas, tornam possível, no nível mais genérico das ciências humanas, uma explicação unitária do mental e do social (sem prejuízo, é claro, da emergência do social, específica mas fraca o suficiente para não descaracterizar o caráter unitário da explicação mais geral). Pois qualquer mental e qualquer social só é tal sendo um composto *siv*, e é desse modo que os efeitos do mental e do social

derivam dos efeitos dos elementos componentes de *siv* (sentimento, idéia e vontade), atuando esses elementos sempre conjuntamente (embora com ênfase variada de cada um deles).

Poderemos decompor esses elementos do *siv*, mas apenas por abstração, em virtude da sua natureza energética sutil, ao contrário dos elementos da água, H e O, separáveis em laboratório em virtude de sua natureza material.

3. Operacionalizando um determinismo teórico na escolha entre alternativas

A teoria da escolha racional tem sido fundamentalmente criticada não só por seu pressuposto de uma racionalidade necessária no escolher (o que, evidentemente, não corresponde à realidade do homem), como ainda por sua pressuposição típica de que a escolha se faz para conseguir bens como riqueza, poder e prestígio – o que, igualmente, não ocorreria de maneira necessária.

Afirmar, em defesa dessa teoria, que afinal, em uma análise aprofundada, tudo se reduziria, por exemplo, a uma questão de prestígio, não parece contentar a um espírito teórico mais rigoroso, de caráter determinístico, já que isso nem sempre teria lugar: assim, há pessoas, embora em acentuada minoria, que fazem o bem sem esperar qualquer recompensa, nesta ou em outra eventual vida, fazendo-o apenas pela satisfação de praticá-lo. Nem um critério majoritário satisfaria a um rigor científico, pois o que nem sempre ocorre (embora em geral ocorra) – a busca por riqueza, poder e prestígio – não pode ser fundamento de uma causalidade e previsão rigorosas.

Pouco importa, na verdade, para uma teoria geral que procure algum rigor determinístico, que “a escolha racional atue melhor no nível social, que no individual, de análise” (Hechter, 1994: 329): o que ocorre apenas geralmente não satisfaz a uma proposição teórica “sempre”.

Busca-se todavia salientar que a teoria da escolha racional afirma que as pessoas procuram maximizar “utilidade”, que seria “um conceito substantivamente vazio”, de tal sorte que bens como “altruísmo” e “justiça” podem ser incorporados ao modelo (cf. Hechter, 1994: 318-320). Hechter lembra, contudo, que bens como

esses “variam constantemente” e que haveria condições nas quais “é necessário conhecer o conteúdo e saliência de valores imanentes a fim de predizer o comportamento” – isso para evitar-se um “vácuo teórico”. Esse Autor lembra uma situação de conflito de papéis em que ele próprio, pessoalmente, preferiu obrigações familiares às universitárias, por ocasião de acidente em sua filha de cinco anos, que havia quebrado a perna – decisão essa não-previsível à luz do pressuposto típico da teoria da escolha racional (Hechter, 1994: 320, 323, 325, 327-329 e 331).

Como prever deterministicamente, então, a escolha humana entre alternativas, sem o que não haverá desenvolvimento científico crucial nessa área?

Insista-se, preliminarmente, em que não há que confundir determinismo científico com exatidão: toda ciência que não seja meramente formal (como a Lógica e a Matemática) não seria exata, de maneira absoluta, antes seria probabilitária. O “sempre” da proposição determinística (explícito ou implícito esse “sempre”) significaria apenas que a sua probabilidade é muito alta.

Uma primeira resposta aproximativa àquela pergunta, será a de que qualquer determinismo sobre o comportamento humano só parece poder ter, no presente momento científico, uma dimensão subjetiva, ou seja, dependente da avaliação do ator. Objetivamente, não se atinge, até agora, senão o meramente estocástico (probabilitário). Por exemplo, a semelhança objetiva existente entre pólos interativos, mentais ou sociais, só provavelmente atrai – pois pode ocorrer erro na avaliação de semelhança, tendo-se como dessemelhante o que é realmente semelhante. A *idéia* de semelhança (dimensão subjetiva, portanto) é que *sempre* atrai (na direção do que se considere, subjetivamente, semelhante ao que se aceita).

Ou seja: objetivamente considerando, o máximo que se pode afirmar é que a semelhança provavelmente atrai e a dessemelhança provavelmente afasta. Assim, teríamos a proposição acentuadamente estocástica: Quanto maior a semelhança objetiva entre pólos sociointerativos, tanto menor *provavelmente* a distância social entre eles. Mas parece que é viável conseguir-se uma proposição probabilitária de natureza determinística – e não meramente probabilitária – sobre o movimento no espaço da interação social, desde que baseada essa lei na avaliação subjetiva das semelhanças e das dessemelhanças.

Pois as pessoas e grupos sempre se aproximariam e sempre se afastariam do que, respectivamente, considerem mais semelhante ou mais dessemelhante do que aceitam. Pouco importa, para o movimento de aproximação ou de afastamento, que exista acerto ou erro na avaliação: as pessoas e grupos sempre se aproximariam daquilo considerado por eles preponderantemente semelhante ao que aceitam; e sempre se afastariam daquilo considerado por eles preponderantemente dessemelhante do que aceitam. Tratar-se-ia de um determinismo mental e social que tudo indica se processar em função de uma idéia de semelhança ou de dessemelhança, seja correta ou incorreta essa idéia.

Poderíamos ter, então, deterministicamente, sobre distância social, um postulado sociológico, isto é, uma proposição básica comprovada ou comprovável, da qual seria possível deduzir proposições menos gerais (teoremas). Esse postulado, em forma simplificada, seria o seguinte: Quanto maior a semelhança entre um pólo de interação social (tal como avaliada por ele) e outro ou outros pólos sociointerativos, menor a distância social (distância exteriorizada) do primeiro em relação ao outro ou outros. Isso sempre ocorreria.

Essa lei sociológica poderia explicar *qualquer* movimento no espaço da interação social (máximo de abrangência no espaço social).

Outro postulado, basicamente, porém não exclusivamente psicológico seria ainda mais geral: Quanto maior for a idéia de semelhança que o ator de uma conduta humana, mental ou social, tenha, maior a agradabilidade sentida por ele, e, quanto maior esta, mais será desejada por ele. Isso também sempre ocorreria.

Esses dois postulados poderiam ser explicativos de *qualquer* escolha humana entre alternativas.

Acontece, porém, que a idéia de semelhança tem uma variação n , que dificulta a previsão, porque esta dependeria da *descrição*, que se venha a fazer, do que determinada pessoa, ou grupo, aceita. Essa descrição é possível, e não é difícil quanto ao que *basicamente* se aceita, mas a operação descritiva torna o modelo teórico “pesado” em sua operacionalização e pouco econômico operativamente. Além disso, *pode ocorrer uma variação do que se aceita, entre duas ou mais etapas da pesquisa.*

Tudo indica, assim, que o determinismo da escolha se medirá

mais diretamente, e, portanto, de modo mais elegante, econômico e preciso, em um momento *x*, através da variação afetiva *com repercussão orgânica*, do indivíduo como tal, ou como representante de um grupo social de qualquer tamanho. Pois essa variação afetiva se reduz, fundamentalmente, apenas à agradabilidade e à desagradabilidade. E se escolherá *sempre* (proposição determinística) o que, em determinado momento, corresponder ao sentimento de maior agradabilidade (menor desagradabilidade).

A medição poderá ser feita pela menor reatividade eletrodermal, pela menor vasoconstrição, por menores níveis de ácido gorduroso livre (*free fatty acid*), etc., que corresponderão ao que se escolhe (escolhe-se sempre a alternativa que, num certo momento, é agradável, ou mais agradável – ou menos desagradável – afetivamente).

De fato, se tornou usual, experimentalmente, uma maior reatividade eletrodermal diante de negros, em pesquisas de atitudes preconcebidas; discordar, provocando maiores respostas galvânicas da pele, do que concordar; contrariar a opinião do grupo maiores respostas fisiológicas do que conformar-se a ela, etc. Naturalmente, procedimentos experimentais como esses não são imunes a críticas, tendo-se em vista que, de maneira excepcional, há pessoas que podem dominar suas reações afetivas, sobretudo se não acreditam na eficácia da medição. Mas, que plano experimental, por mais cuidadoso que seja, poderá dispensar, em sua equação, a letra N (influências não-controladas)?

Note-se que a perspectiva teórica da agradabilidade-desagradabilidade afetiva não se confunde com hedonismo ou com utilitarismo, porque se está no terreno da mais alta abrangência quanto ao mental e ao social. Como este autor esclareceu anteriormente, “no momento da opção entre alternativas, sempre se escolhe aquela que seja, nesse momento, mais agradável (menos desagradável), em função do que se julgue em semelhança maior (dessemelhança menor) com o que se aceita. Assim, dependendo do que se aceite em determinado momento, pode ser mais agradável (menos desagradável), ao indivíduo ou ao grupo, sacrificar a própria vida, ou os próprios bens econômicos, do que retê-los.” (Souto, 1987: 24-25; cf. Souto, 1974: 199-214).

É preciso reconhecer, contudo, que a medição através do orgânico não consegue, até o momento, à *carência de um instrumental mais adequado*, uma precisão que pudesse alcançar níveis mais

diferenciados da agradabilidade e da desagradabilidade afetivas. Porém já possui um caráter aproximativo pelo menos capaz de apreender, *grosso modo*, agradabilidade e desagradabilidade do sentimento.

Referências bibliográficas

- BOUDON, Raymond (1995). *Interview. Cynthia Lins*, September 21. Paris: texto digitado.
- DURKHEIM, Émile (1924). *Sociologie et Philosophie*. Paris: Librairie Félix Alcan.
- _____, (1968). *Les Règles de la Méthode Sociologique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- HECHTER, Michael (1994). "The Role of Values in Rational Choice Theory". *Rationality and Society*, Vol. 6, No. 3, July, pp. 318-333.
- LEVINE, Andrew, SOBER, Elliot, and WRIGHT, Erik Olin (1987). "Marxism and Methodological Individualism". *New Left Review*, Number 162, March/April, pp. 67-84.
- OPP, Karl Dieter (1988). "The Individualistic Research Program in Sociology". In Gerhard Radnitzsky (ed.), *Centripetal Forces in the Sciences*. Vol. II, pp. 208-224. New York: Paragon House.
- SIMMEL, Jorge (1926). *Sociología, Estudios sobre las formas de socialización*. Trad. por J. Pérez Bances. Madrid: Revista de Occidente.
- SOUTO, Cláudio (1974). *Teoria Sociológica Geral*. Porto Alegre: Editora Globo.
- _____, (1976). "Teoria Geral do Social: Uma Tentativa de Explicação Axiomatizada". *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. II, nos. 1 e 2, janeiro-dezembro, pp. 43-62.
- _____, (1984). *Allgemeinste wissenschaftliche Grundlagen des Sozialen*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag.
- _____, (1987). *O que é Pensar Sociologicamente*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária (EPU).
- _____, (1994). "Beyond the Autosufficiency of Collectivistic Approaches in Social Thought". *Theoria, Revista de Teoria, Historia y Fundamentos de la Ciencia*, Numero 21, Septiembre (San Sebastian, España), pp. 31-38.